

fp



federação

Federação Nacional
dos Sindicatos dos Trabalhadores
em Funções Públicas e Sociais

.09

5ª SÉRIE

JUNHO 2013

ACTUALIDADE GOVERNO ATACA APOSENTADOS E REFORMADOS

Os aposentados e reformados em Portugal vivem hoje uma situação cada vez mais crítica. **PÁGINAS 8 e 9**

ENTREVISTA A TRAGÉDIA QUE SE ABATE SOBRE O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Uma das maiores conquistas sociais da revolução de Abril, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi, desde o primeiro momento, um dos alvos políticos dos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP. **PÁGINAS 10 E 11**

URGENTE!

DEMISSÃO DO GOVERNO!



//ÍNDICE//

EDITORIAL 3

Os dias que hoje vivemos são dias difíceis para os trabalhadores e para os aposentados da Administração Pública.

ACTUALIDADE

Crónica de uma tragédia anunciada. 4

Governo ataca aposentados e reformados. 8

ENTREVISTA 10

A tragédia que se abate sobre o Serviço Nacional de Saúde.

ACTUALIDADE 12

Nas IPSS e Misericórdias salários passam ao lado da solidariedade.

SECTORES 13

ÁREAS REGIONAIS DE TURISMO.

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA.

CIVIS DAS FORÇAS ARMADAS.

COUDELARIA DE ALTER DE NOVO NAS MÃOS DO ESTADO.

ESCOLAS DE HOTELARIA E TURISMO.

ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA.

GUARDAS FLORESTAIS.

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

INSTITUTO DE FINANCIAMENTO

DA AGRICULTURA E PISCAS.

INSTITUTO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

MUSEUS, PALÁCIOS E MONUMENTOS.

POLÍCIAS MUNICIPAIS.

REGISTOS E NOTARIADOS.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE.

CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL 17

Uma vida ao serviço dos trabalhadores e do povo.

PELA EUROPA FORA 18

Lá como cá, trabalhadores lutam contra a agressão.

PROTECÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS 19

E COMUNS À ÁGUA

DEFENDER, JUNTOS, A ÁGUA DE TODOS.

IGUALDADE, UMA REALIDADE LONGE 20

DE ESTAR ALCANÇADA

ALTERAÇÃO DO OE/2013 É SINÓNIMO DE MAIS TRABALHO SEM DIREITOS

Está na Assembleia da República, a proposta de Lei do Governo, de 1ª Alteração ao Orçamento de Estado para 2013. Para além dos números do Orçamento, alterados por vontade e conveniência das políticas deste governo, temos ali uma nova demanda contra os direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

Lá está o aumento da carga horária para 40 horas semanais. Lá estão os despedimentos colectivos na Administração Pública, por via da “requalificação”. Lá estão mais descontos nos salários, desta vez para a ADSE. Tudo somado, temos **mais trabalho sem direitos**.

Mais horas de trabalho, sem o correspondente acréscimo de remuneração, para além de tal representar uma desvalorização do valor/hora de trabalho. O direito ao trabalho e o emprego, em perigo e o subsequente direito a uma vida digna(sem trabalho e sem uma remuneração que mereça esse nome, não há dignidade!). Nova redução do rendimento líquido dos trabalhadores da Administração Pública, com o agravamento dos descontos para a ADSE, ao mesmo tempo que o Governo se desresponsabiliza mais e mais de garantir o seu funcionamento.

Este governo, cujos componentes, a começar pelo 1º Ministro, evocam à “tripa forra” a palavra solidariedade, de facto, negam em cada decisão que tomam, o seu significado. Desde logo, quando a têm que praticar junto daqueles que de si dependem – os trabalhadores da Administração Pública.

FICHA TÉCNICA

Director: Ana Avoila | **Coordenador de Redacção:** Rui Raposo | **Conselho de Redacção:** Alcides Teles, Ana Avoila, Artur Monteiro, Artur Sequeira, José Manuel Dias e Luís Pesca | **Redacção:** Bruno Carvalho e Rui Raposo | **Design e Impressão:** Regiset | **Fotografia:** Gabinete de Informação da FNSTFPS | **Propriedade:** Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais | Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º, 1150-282 Lisboa | Tel: 21 317 24 80 | Fax: 213 172 489 / 213 152 820 | Email: informa@fnsfp.pt | **Periodicidade:** Quadrimestral | **Tiragem:** 5.000 | **Distribuição gratuita** | **Depósito legal:** 3063/89

//EDITORIAL//

OS DIAS QUE HOJE VIVEMOS SÃO DIAS DIFÍCEIS PARA OS TRABALHADORES E PARA OS APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



» ANA AVOILA

AOS TRABALHADORES
CABE-LHES A DEFESA
ORGANIZADA DOS SEUS
DIREITOS, JUNTAMENTE
COM OS SEUS SINDICATOS
DE CLASSE, PARA QUE
PSD/CDS E A TROIKA NÃO
DESTRUAM O QUE
DURANTE ANOS A LUTA
CONQUISTOU.
ESTAMOS TODOS
CONVOCADOS PARA
A GREVE GERAL, A 27
DE JUNHO. «QUEM SABE
FAZ A HORA, NÃO ESPERA
ACONTECER».

» O Primeiro-Ministro Passos Coelho, poucos dias após a tomada de posse afirmou que «ninguém seria deixado para trás». E, de facto, não há quem escape à onda revanchista da Troika e do Governo no seu objetivo de destruir os direitos dos trabalhadores da Administração Pública e os serviços públicos em Portugal. Rasgando a Constituição, pretendem destruir as funções sociais do Estado: saúde, educação, segurança social, justiça, entre outras.

Tendo começado já com o Governo PS, o actual Governo não olha a meios para tentar destruir, passo a passo, todas as conquistas dos trabalhadores: criação de um sistema de avaliação de desempenho totalmente desadequado que visa colocar trabalhadores contra trabalhadores, sem atender sequer às condições materiais dos serviços; precarização dos vínculos com o fim da nomeação e utilização reiterada de contratos a termo, falsas prestações de serviços e contratos emprego inserção para postos de trabalho permanentes; a alteração sistemática do sistema de mobilidade (a que agora pretendem chamar requalificação) com vista à diminuição salarial e à criação de um mecanismo que permita o despedimento sem justa causa; as contínuas medidas orçamentais de cortes nos salários e nas pensões, de roubo no subsídio de férias e de natal, o corte escandaloso no pagamento das horas extraordinárias; o aumento da contribuição para a ADSE, enquanto o custo de vida não pára de aumentar nem os escandalosos lucros dos grandes grupos financeiros e, mais recentemente, o anúncio do aumento do horário de trabalho.

Aos trabalhadores da Administração Pública, cabe-lhes a união e solidariedade na luta pelos seus direitos. Muitas têm sido as acções de reivindicação por todo o país: a luta dos professores e dos técnicos auxiliares nas escolas, a luta dos enfermeiros, dos trabalhadores da administração local, dos trabalhadores da cultura, dos trabalhadores da saúde, dos aposentados, lutas que, em Junho exigirão de todos o seu maior compromisso e a exigência da demissão deste Governo fora-da-lei.

Os trabalhadores não podem admitir o aumento de impostos sobre o rendimento do seu trabalho, o encerramento de serviços públicos como escolas, centros de saúde, hospitais com vista à sua privatização e acesso apenas por parte de algumas elites. Aos trabalhadores cabe-lhes a defesa organizada dos seus direitos, juntamente com os seus sindicatos de classe, para que PSD/CDS e a Troika não destruam o que durante anos a luta conquistou.

Do nosso lado está a Constituição, a lei maior, e está a defesa de um Estado solidário, justo, soberano, com uma Administração Pública eficiente, ao serviço do povo e do país, sem a qual não existirá progresso social e a defesa intransigente dos direitos conquistados.

Estamos todos convocados para a Greve Geral, a 27 de Junho. «Quem sabe faz a hora, não espera acontecer». E esta é a hora dos trabalhadores da Administração Pública expulsarem a Troika e demitirem este Governo agressor. Em nome dos seus direitos e em nome do desenvolvimento e justiça sociais.

À luta, camaradas.

//ACTUALIDADE//

SOB A BATUTA DA TROIKA, O GOVERNO PSD/CDS CONDENA OS TRABALHADORES E O POVO À MISÉRIA PARA ALIMENTAR OS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS. AS RUAS E AVENIDAS DO PAÍS ESTÃO PAVIMENTADAS COM O SUFOCO DE TODOS AQUELES QUE JÁ NÃO FAZEM MAIS DO QUE TENTAR SOBREVIVER À AVALANCHE DE ATAQUES AOS DIREITOS SOCIAIS E LABORAIS. É O RETRATO DA TRAGÉDIA ANUNCIADA, HÁ DÉCADAS, PELA FEDERAÇÃO, QUANDO PORTUGAL, PELA MÃO DO PS, PSD E CDS, ENTROU NA UNIÃO EUROPEIA (UE). SEM QUALQUER PUDOR, CONDUZIRAM A PRIVATIZAÇÃO E A POSTERIOR DESTRUIÇÃO DO APARELHO PRODUTIVO. AS CONSEQUÊNCIAS DAS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS EUROPEIAS SÃO VÍSIVEIS A OLHO NU E AGORA PEDE-SE A QUEM PROMOVEU O ENDIVIDAMENTO DO PAÍS QUE O TIRE DA CRISE.

CRÓNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

» Enquanto a UE, o FMI e o Banco Central Europeu (BCE) avaliavam positivamente o desempenho do governo português, cresce a revolta dos trabalhadores e do povo esmagados pela violência das medidas de Passos, Portas e Gaspar. Em poucos anos, encheram-se as ruas de sem-abrigo enquanto milhares de casas se encontram vazias. Para os inquilinos, o governo respondeu com a liberalização das rendas. Confrontados com o desemprego galopante e com a crescente precariedade, os trabalhadores vêem o governo apostar no modelo de baixos salários para atrair o investimento estrangeiro. Transformar o país numa ilha de miséria para competir no campeonato da exploração e fazer de Portugal o paraíso das multinacionais parece ser o objectivo do executivo PSD/CDS e da troika.

As notícias de crianças que chegam esfomeadas à escola ou aos hospitais passaram a fazer parte do quotidiano. Os contentores do lixo são objecto de disputa de quem não tem que comer. A opção de escolher o suicídio para escapar ao trauma da crise entra pelas televisões adentro. Os aeroportos enchem-se de jovens rejeitados pelo governo do seu país sob o abraço dos pais e avós que viveram a mesma experiência durante o fascismo. Sem dinheiro nos bolsos, milhares de estudantes abandonam o ensino superior. Corte após corte, muitos deixam de poder aceder ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de comprar medicamentos.

Como um muro no estômago, a política de terra queimada do governo liderado por Passos Coelho limita-se a usar a crise para

acabar com direitos sociais e abrir caminho à destruição das funções sociais do Estado. Para além do brutal aumento do custo de vida, o governo puxa o tapete aos trabalhadores e ao povo. Assinar o programa de agressão com a troika foi assinar a sentença de morte contra o património de direitos conquistados pelos trabalhadores através da luta. PS, PSD e CDS-PP são os responsáveis nacionais pela tragédia que vive o povo português.

ESTADO EM LIQUIDAÇÃO TOTAL

Já não são apenas os estabelecimentos e empresas privados que fecham portas. Enquanto milhares de comerciantes sucumbem à gula dos grandes grupos económicos e financeiros, também o Estado se demite das suas funções. O mesmo governo que apostou na extinção de milhares de freguesias, fecha escolas, centros de saúde, repartições de finanças e segurança social e postos dos correios. Através da comunicação social, desatam a guerra contra os funcionários públicos para acabar com os que educam e tratam das crianças, com quem nos cuida da saúde, com os que garantem o apoio social aos mais desfavorecidos e com quem zela pela nossa segurança.

Foi o que Vítor Gaspar anunciou quando se referiu aos cerca de 20 mil despedimentos para os quais o governo vai dar 500 milhões de euros. O aumento exponencial do desemprego a par do roubo nos salários vai gerar mais recessão e mais défice. Privilegiados é o que se diz dos que sempre descontaram dos



// ATUALIDADE //

A AGRESSÃO DO GOVERNO AOS TRABALHADORES TAMBÉM SE TRADUZIU NA DIMINUIÇÃO DO SALÁRIO EM 1%, RESULTANTE DO AUMENTO DE 11,5% PARA 12,5% DOS DESCONTOS PARA A APOSENTAÇÃO E A SAÚDE.

OS SUCESSIVOS GOVERNOS PS, PSD E CDS, EM CONJUNTO COM O PROGRAMA ILEGÍTIMO DA TROIKA, E A AJUDA DE CAVACO SILVA, TÊM APOSTADO NA DESTRUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E VIOLAM CONSTANTEMENTE TODAS E CADA UMA DAS SUAS NORMAS.



seus salários, que sempre trabalharam mais do que estabelecia o seu horário e às vezes com horas extraordinárias a serem pagas a 19 cêntimos. O governo tenta convencer os portugueses de que é privilegiado quem tem as progressões congeladas há mais de dez anos e quem viu os subsídios de férias e natal roubados por ladrões de gravata.

Entre as medidas mais graves que foram desferidas através do Orçamento do Estado para 2013 encontra-se a alteração das tabelas de IRS em que se verifica simultaneamente a redução

da progressividade e um aumento significativo das taxas de imposto e roubos de dezenas e até centenas de euros aos salários mensais. Também se encontra a taxa adicional de solidariedade que incide sobre todos os rendimentos sujeitos a IRS. Para além disso, ainda há a sobretaxa em sede de IRS de 3,5% que incide também sobre todos os rendimentos sujeitos a IRS. A alteração na Tabela de IRS traduziu-se na prática por uma diminuição do número de escalões, e por um aumento significativo nas taxas que é tanto maior quanto menor for o valor dos escalões de rendimento, atingindo fundamentalmente os escalões intermédios e mais baixos de rendimento, ou seja, a maioria dos trabalhadores e pensionistas. A taxa mais baixa, que atinge a esmagadora maioria dos trabalhadores e dos pensionistas sujeitos a IRS, passa de 11,5% para 14,5%, ou seja sofre um aumento de 26,1%.

A agressão do governo aos trabalhadores também se traduziu na diminuição do salário em 1%, resultante do aumento de 11,5% para 12,5% dos descontos para a aposentação e a saúde. A redução dos salários e de todas as remunerações

acessórias é de 3,5% para quem recebe 1.500 €, indo até aos 10% para as remunerações superiores. Também o ataque às pensões, com a redução dos seus valores, a continuação do congelamento das mudanças de posicionamento remuneratório, o pagamento em duodécimos dos subsídios de férias e de natal para abrir caminho a que desapareçam, diluindo-o nos doze meses, a antecipação dos 65 anos da idade da reforma para agora e não 2015 como acordado e previsto na lei.



GOVERNO ILEGÍTIMO TEM DE SER DERRUBADO

Os sucessivos governos PS, PSD e CDS, em conjunto com o programa ilegítimo da troika, e a ajuda de Cavaco Silva, têm apostado na destruição da Constituição e violam constantemente todas e cada uma das suas normas. É por isso que a Federação e os trabalhadores da Administração Pública reafirmam que o governo não tem qualquer legitimidade para impor as medidas de ataque aos trabalhadores e que violam as regras democráticas. Este é um governo que promove o terrorismo social, é um governo fora-da-lei.

Insensível às reivindicações dos trabalhadores e do povo, o governo e a troika perspectivam uma possível refundação do Estado.

Esta orientação, levada à prática, seria mais uma declaração de guerra ao país. À espera de se vingarem da revolução de Abril, os grandes grupos económicos e financeiros querem agora através do executivo PSD/CDS-PP dar a última machadada ao que resta da democracia social. Aos portugueses escondem que querem fazer permanentes as medidas apresentadas como temporárias.

A 27 DE JUNHO, A GREVE GERAL SERÁ A NOSSA ARMA!

A greve geral convocada para 27 de Junho é a melhor arma para derrotar as agressões do governo PSD/CDS-PP e da troika. Através da paralisação do país, da revolta dos trabalhadores e do povo, a resposta não pode ser outra. Por nós próprios, pelos nossos familiares, colegas e amigos, só a unidade e a resistência podem parar o desastre nacional. Cabe a todos, organizar a greve geral. Mobilizar todos os que conhecemos, dentro e fora da Administração Pública, para pararem o país, para participarem nos piquetes e protestarem nas concentrações e manifestações, faz parte do contributo que todos devemos dar para que se saiba que quem sua diariamente nos locais de trabalho não está com este governo, nem com a troika, nem com estas políticas.

Perante a declaração de guerra aos trabalhadores, não resta outro caminho que o da luta. É o presente e o futuro do país que está em causa. Os índices de desenvolvimento demonstram que Portugal está a sofrer um retrocesso civilizacional. Cabe aos trabalhadores e ao povo organizar-se e combater quem os quer na miséria. Derrubar o governo PSD/CDS e expulsar a troika é o primeiro passo para reverter o caminho que nos trouxe até aqui. À violência do programa de agressão, os trabalhadores vão responder com a luta. Os tempos que se vivem são de mobilização geral. O reforço dos sindicatos é imprescindível. A participação de todos na organização da luta é fundamental para arrumar este governo onde merece estar: no caixote de lixo da História.

// ATUALIDADE //



GOVERNO ATACA APOSENTADOS E REFORMADOS

» Os aposentados e reformados em Portugal vivem hoje uma situação cada vez mais crítica. As manipulações e mentiras do Governo apenas têm servido para destruir o direito à aposentação e reforma e debilitar a CGA e o sistema público da Segurança Social. De corte em corte, os aposentados e reformados são dos que mais têm sofrido com as medidas do PSD/CDS e da troika, com a cumplicidade do PS. Medidas que põem em perigo não só os que já se aposentaram como o próprio direito à aposentação e reforma dignas, após uma vida de trabalho e contribuições. Os aposentados e reformados, depois dos cortes sucessivos desde 2010, com os governos do PS/Sócrates, do congelamento do Indexante dos Apoios Sociais, do aumento da idade da reforma, da penalização com o factor de sustentabilidade, PSD e CDS não só não cumprem a lei e decisões judiciais roubando um subsídio sem repôr os que retirou em 2012, como alteram a fórmula de cálculo das pensões e aumentam a idade da reforma para a Administração Pública para 65 em 2013 e não em 2015, penalizando brutalmente os aposentados e reformados. Só a alteração da fórmula de cálculo representa uma redução na pensão na ordem dos 70 euros.

A mentira de que os aposentados e reformados vivem bem é uma afronta à dignidade de quem trabalhou toda uma vida, efectuando os respectivos descontos. Na CGA, 21,1 por cento das pensões não ultrapassam os 500 euros por mês e 50 por cento não excedem os 1000 euros. Do número total de pensões de sobrevivência, preço de sangue e outras, 70,5 por cento são inferiores a 500 euros. Na Segurança Social, no fim de 2011, 1.170.132 pensionistas recebiam pensões entre 254 euros e 419 euros que não foram aumentadas nem em 2013, nem em 2012, nem em 2011. Num universo de mais de três milhões de reformados e aposentados, da esmagadora maioria a receber pensões muito baixas, pouco mais de 310.000, ou seja, apenas cerca de 10 por cento, tiveram aumentos, em 2013, de entre 4 e 9 centimos por dia.

Os que já pediram a aposentação estão também a ser prejudi-

cados pelas sucessivas alterações e cortes, também com a CGA a aplicar indevidamente a nova fórmula de cálculo aos pedidos entrados antes de 2013, aplicando o índice 100 da Administração Pública e não o índice de preços no consumidor, provocando reduções brutais nas reformas. Acresce uma grande insegurança face aos sucessivos anúncios de novos cortes nas pensões exigidos pela Troika e pelo Governo.

Os trabalhadores no activo, além dos sucessivos cortes salariais, da sobrecarga fiscal, da alteração desastrosa da legislação laboral da administração pública, vêem hoje em causa o seu direito à protecção na velhice, conforme determina a Constituição da República Portuguesa. Isto também é resultado da tentativa de destruição do sistema público de Segurança Social, com vista à sua privatização e à descapitalização da CGA por parte do Estado. Além de não transferir as verbas correspondentes a contribuições de décadas, utilizou-as sempre para outros fins que não só o pagamento de pensões e aposentações.

O que o governo oferece aos trabalhadores reformados e aposentados não é mais do que um corte de 20 por cento a todas as pensões da CGA com novas formas de cálculo para os pensionistas e o corte nos subsídios de natal e férias com um corte adicional em todas as pensões. Também tem o objectivo de proibir a reforma antes dos 65 anos. De uma forma global, o governo PSD/CDS pretende criar uma chamada contribuição de sustentabilidade das pensões, a deduzir nas pensões dos reformados da Segurança Social e dos aposentados da CGA, que provocaria uma redução do rendimento de todos os pensionistas estimada em 436 milhões euros por ano.

Apenas a luta dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas poderá travar esta ofensiva e defender o direito à segurança social universal e solidária e o direito a pensões de reforma e aposentação que garantam uma vida com dignidade. Derrotar esta política de agressão e este ataque a quem deu o melhor das suas vidas no local de trabalho só é possível lutando contra este governo fora-da-lei.

APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ENCONTRO NACIONAL

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública realizou, em Lisboa, no passado dia 5 de Junho, um Encontro Nacional de Aposentados e Reformados, para debater a situação grave que se vive e para discutir formas de luta contra o governo PSD/CDS-PP e a troika. Este encontro, revelou-se como uma ferramenta essencial para organizar melhor a intervenção dos aposentados e reformados da Administração pública. No decorrer do mesmo foi aprovada uma resolução entregue, nesse mesmo dia, ao Governo, documento que serviu de base à discussão que presidiu à iniciativa. Os aposentados e reformados da Administração Pública presentes, caracterizaram as políticas governamentais enquadrando-as dentro de uma violenta ofensiva contra todos os trabalhadores em geral e os da Administração Pública em particular.

// ENTREVISTA //



JOAQUIM JUDAS



LUÍS PESCA

A TRAGÉDIA QUE SE ABATE SOBRE O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

UMA DAS MAIORES CONQUISTAS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL, O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS) FOI, DESDE O PRIMEIRO MOMENTO, UM DOS ALVOS POLÍTICOS DOS SUCESSIVOS GOVERNOS PS, PSD E CDS-PP. HOJE, A GUERRA DESATADA PELO EXECUTIVO LIDERADO POR PASSOS COELHO CONTRA AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO ENCONTRA NO DIREITO À SAÚDE UM DOS SEUS PRINCIPAIS INIMIGOS. **À FRENTE DESTA PASTA, ESTÁ O ANTIGO ADMINISTRADOR DA COMPANHIA PRIVADA DE SEGUROS DE SAÚDE MÉDIS. PAULO MACEDO É O ROSTO DA AMBIÇÃO HISTÓRICA DOS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS: A SAÚDE DEVE SER UM NEGÓCIO E NÃO DEVE ESTAR ACESSÍVEL À MAIORIA DA POPULAÇÃO. À CONVERSA COM JOAQUIM JUDAS E COM LUÍS PESCA DESTAPAMOS A TRAGÉDIA QUE SE ABATE SOBRE O SNS.**

Que representam para o SNS as políticas do governo e da troika?

Joaquim Judas – Para responder à sua pergunta sinto que é necessário esclarecer algumas coisas. Em primeiro lugar, o direito à saúde é posto em causa por políticas que levam ao desemprego, ao acentuar das desigualdades sociais e à perda de qualidade e à destruição dos serviços públicos. O SNS é o serviço público a quem cabe promover a saúde, prevenir a doença e tratar os doentes. Em segundo lugar, sendo a saúde dos indivíduos que constituem uma comunidade um valor estratégico dessa comunidade, o SNS enquanto serviço público de saúde só estará em condições de cumprir a sua missão se for universal, ou seja, para todos, geral, ou seja, intervir em todas as áreas que à saúde dos indivíduos digam respeito e gratuito porque só assim garante a possibilidade de exigir que cada um trate da sua saúde assegurando a saúde de todos. Respondendo agora à sua pergunta, direi que este e outros governos que o antecederam têm actuado no sentido de transformar o SNS num serviço público de carácter assistencialista, tendendo a impedir que os

ricos adoeçam por excesso de doença entre os mais pobres. Ou seja, que a doença transborde, porque pobreza já é doença. A troika deu um poderoso impulso a essas políticas.

Que problemas podemos encontrar nos locais de trabalho?

Luís Pesca – Neste momento estamos a aguardar a reunião para negociar o caderno reivindicativo entregue no Ministério da Saúde em Janeiro do corrente ano. Para além das questões mais gerais que afectam todos os trabalhadores da administração pública, há inúmeros problemas no sector da saúde. Nomeadamente, problemas gerados pelo corte de 10 por cento nas despesas de cada ministério. O retomar das negociações do Acordo Colectivo de Trabalho para os Hospitais E.P.E.. Ou o incumprimento da legislação sobre o abono para falhas. Exigimos também a criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, a revisão das carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e dos técnicos superiores de saúde. É também de fundamental importância proceder à revisão e reestruturação das carreiras do INEM. Também a desregulamentação dos horários de trabalho e a

falta de pessoal chocam com as necessidades humanas que têm levado os serviços à ruptura. Podemos também falar da necessidade de se acabar com o recurso a CEIS. Há mais de 60 mil trabalhadores nesta situação de falsa contratação na administração pública. Para além disso, tem havido notícias sobre um suposto alargamento do horário de funcionamento dos centros de saúde e dos hospitais. É algo que queremos ver esclarecido e discutido com os sindicatos. Mas, de facto, um dos grandes problemas que preocupa neste momento os trabalhadores é a orientação dada pelo governo para as rescisões chamadas amigáveis. Isto não só põe em causa o trabalho e a vida de milhares de funcionários mas põe também em risco o funcionamento dos serviços e a qualidade do serviço nacional de saúde prestado às populações. A juntar a isto há que saber se o cancelamento de 50 mil contratos de trabalho na administração pública e se a nova mobilidade especial também abrangem o sector da saúde.

E para as populações? Podemos dizer que a degradação do SNS pode conduzir à proliferação da doença e ao aumento da mortalidade no país?

JJ – Coloco o problema de outra forma. A política do governo e da troika leva a um aumento da doença e da mortalidade, que só não é maior porque os profissionais de saúde, no quadro das limitações impostas ao que se mantém de serviço público de saúde, são de elevada qualidade e fazem um esforço extraordinário para superar a progressiva degradação das condições de trabalho e de assistência aos doentes. É importante que se publiquem os dados oficiais sobre a mortalidade em 2012. Aposta-se para um aumento que corresponderá, em média, a um aumento, em relação a 2011, de mais de 80 mortos por semana. O que está por trás do objectivo de destruição do SNS?

JJ – A destruição do SNS universal, geral e gratuito, tal como inscrito no texto da Constituição da República em 1976, tem dois objectivos. O primeiro, e mais imediato, prende-se com o enorme potencial de negócio que envolve a saúde. Os produtos para a saúde são inúmeros. Desde o simples aconselhamento até à mais sofisticada terapêutica. Do simples olhar até ao mais complexo aparelho de diagnóstico. Do insensível charlatão até à mais humana e cientificamente preparada equipa multidisciplinar. Desde que haja capacidade para investir pode-

se ganhar na exploração em qualquer nicho do mercado. O que os governos do grande capital fizeram foi abandonar largos sectores de prestação de cuidados de saúde dando campo à sua ocupação pelo capital financeiro. Essa política manteve-se e aprofundou-se com o actual governo e a troika. E daí se caminha para o segundo objectivo, essencial para assegurar a sustentabilidade do primeiro: o controlo sobre todos os aspectos essenciais da prestação de cuidados de saúde. Momento em que os governos deixam de ser emanção da vontade democrática dos povos, na convicção de que por medo da doença os povos sejam obrigados a obedecer aos únicos que têm a cura. Por isso, a saúde é um valor estratégico para a soberania, ou submissão, de qualquer comunidade.

Qual é a disposição dos trabalhadores da saúde para a luta?

LP – Os trabalhadores, têm participado de forma corajosa nas acções de luta. A participação nas grandes manifestações e greves gerais e a adesão às acções sectoriais tem sido fundamental para demonstrar que o governo está isolado e que, mais tarde ou mais cedo, terá de se demitir. Há, claramente, o sinal de que estão dispostos a responder com determinação à agressão do governo e da troika.

Qual a importância dos trabalhadores e das populações para a defesa dos serviços públicos?

JJ – Se não fosse a luta dos trabalhadores e das populações há muito que o SNS teria sido destruído por completo. À sua luta por um SNS de qualidade e pelo direito à saúde se deve o muito que o SNS tem feito e continua a fazer para minorar os impactos das políticas do grande capital na saúde. Os trabalhadores da Saúde compreendem que a degradação dos seus salários e das suas condições de trabalho são causa e consequência da degradação do SNS. É muito importante que o movimento sindical unitário tenha assumido a defesa do SNS como uma causa da luta de todos os trabalhadores. Só um SNS cada vez mais universal, geral e gratuito permitirá uma convergência no progresso das diversas vias de acesso a cuidados de saúde que coexistem na sociedade portuguesa consolidando a unidade dos trabalhadores. É imperioso continuar a agir para derrotar este governo e a política que executa. É urgente que também na saúde se retomem os valores de Abril.



// ATUALIDADE //

NAS IPSS E MISERICÓRDIAS SALÁRIOS PASSAM AO LADO DA SOLIDARIEDADE



» Os salários nas IPSS e nas Misericórdias, continuam a não demonstrar a solidariedade que as entidades empregadoras do sector e o Governo, diariamente propagandeiam, já que para a maioria dos trabalhadores esses mesmos salários são de miséria acumulada, pela sucessiva recusa de actualização.

As IPSS e Misericórdias, por força da senda privatizadora que ao longo dos últimos trinta anos se assentou, têm vindo a substituir o Estado na função que lhe competia, no âmbito da Acção Social, designadamente, no apoio à infância e à terceira idade. Tratando-se de instituições não lucrativas e cabendo aos utentes o pagamento de apenas uma parte dos serviços prestados, cabe ao Estado transferir para a IPSS e Misericórdias, as verbas necessárias e suficientes para garantir o funcionamento, com qualidade, dos estabelecimentos.

E aqui, deveriam estar, como ainda chegou a suceder nos anos logo após o 25 de Abril de 1974, os custos integrais com os trabalhadores das instituições, incluindo a condição de dignidade que as funções dos mesmos justificam.

Contudo, não é isto que se passa, de há muitos anos a esta parte, com culpas repartidas entre o Governo e as entidades empregadoras. O Governo (os sucessivos governos do PS e do PSD/

CDS) procura sempre, atribuir às IPSS e Misericórdias a menor transferência possível, na linha da contenção de despesa com as funções sociais do Estado. As entidades empregadoras, ao longo dos anos, antes e depois da consagração de contratos colectivos no sector, têm procurado sempre fugir à consagração de direitos individuais e colectivos para os trabalhadores.

A solidariedade que Governo e patrões tanto apregoam prestar com estas instituições, deve começar "em casa" junto dos seus trabalhadores, a quem devem garantir salários dignos e trabalho com direitos.

Não aceitamos que passe mais este ano, sem qualquer aumento de salários, quando estes, nas IPSS e Misericórdias, já são tão baixos, com diversos níveis da tabela remuneratória, muito próximo do salário mínimo nacional (RMG).

Esta realidade representa ter no seio das instituições, o mesmo tipo de pobreza e de miséria que, diariamente é atendida e mitigada nas mesmas.

Para alterar esta realidade, os trabalhadores das IPSS e Misericórdias, precisam de reivindicar do Governo e das entidades empregadoras, aumentos salariais justos e organizados nos nossos Sindicatos, de lutar por este objectivo.

//SECTORIAIS DE A A Z//

ÁREAS REGIONAIS DE TURISMO

» O Governo e a maioria PSD/CDS na Assembleia da República aprovaram o novo regime jurídico das áreas regionais de turismo e a organização e funcionamento das entidades regionais de turismo. Trata-se de um exemplo acabado da forma como este governo e a “tróika”, associadas às grandes famílias económicas, prosseguem a sua política de destruição dos serviços públicos, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, em prejuízo das populações e do País.

A Lei 33/2013, publicada em 16 de Maio, prevê um conjunto de medidas que somente visa reduzir ainda mais o papel da Administração Pública no sector do turismo, deixando-o ao livre arbítrio e interesse dos privados.

No que toca aos trabalhadores das actuais entidades regionais de turismo e dos pólos de desenvolvimento turístico, a situação é de extrema preocupação, porquanto o diploma agora aprovado prevê, por um lado e àqueles que têm vínculo público, a adopção das normas da mobilidade especial e, por outro, relativamente aos trabalhadores com contrato individual de trabalho, a aplicação de um regime híbrido, entre o Código do Trabalho e o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, respigando de um e outro, o que de pior contém para os trabalhadores.

Na mesma linha de ataque aos direitos dos trabalhadores, refira-se que a nova lei estabelece que as entidades regionais de turismo, se quiserem ver aprovados os seus contratos-programa de subsidiação, terão de reduzir os custos com pessoal na ordem de 5% em cada um dos três anos subsequentes ao do actual.

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A Federação reafirmou, recentemente, em comunicado distribuído aos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira, face aos problemas que os afectam, a sua posição de defesa dos mesmos e do Serviço Público, defendendo que o governo,

deve proceder a uma avaliação do processo de fusão dos sectores tributário e aduaneiro, antes de avançar com a negociação das respectivas carreiras. Por outro lado, salienta a Federação que é indispensável que os trabalhadores mantenham o vínculo público de nomeação, considerando as suas funções de autoridade e de inspecção e verificação. Outros dois aspectos considerados importantes pela Federação, prendem-se com a necessidade de respeitar as especificidades das áreas tributária e aduaneira e de definir que o ingresso nas novas carreiras será feito pelo nível III, com a transição para o mesmo das actuais carreiras com outro nível. Quanto aos suplementos (FEA e FET), a Federação defende a sua integração no vencimento base, com respeito pelas normas da Lei 12-A/2008. Associado a tudo isto, está a exigência de definição de um sistema de avaliação adequado às áreas funcionais da AT.

No comunicado, divulgado em Maio, pode ler-se “...que os trabalhadores e o País, estão mais protegidos pelo estatuto público-vínculo de nomeação, regime de exclusividade, de incompatibilidades, estatuto disciplinar dos trabalhadores da Administração Pública...”.

CIVIS DAS FORÇAS ARMADAS

Os trabalhadores civis das Forças Armadas foram confrontados com o anúncio, do Ministro da Defesa, da intenção de reduzir em 30%, o actual número de efectivos, nos próximos dois anos, naquilo que é um gravíssimo ataque à estabilidade de emprego no sector. São 8000 postos de trabalho (civis) que estão em causa nos três ramos das Forças Armadas. Segundo um comunicado distribuído pelo Ministério da Defesa, esta redução resultará da reestruturação das próprias FA's, com a extinção e fusão de vários serviços. Um processo que afinal já teve o seu início os hospitais militares de Lisboa, concentrados no ex-Hospital da Força Aérea; no ensino militar com a extinção do Instituto de Odivelas e com a previsível reestruturação do Instituto de



//SECTORIAIS DE A A Z//

Acção Social das Forças Armadas, de que poderá resultar o encerramento de equipamentos sociais.

Para a Federação, a ideia de que este processo se vai passar sem dramatismos e que a redução vai ser feita com base na aceitação voluntária da desvinculação, é enganadora, porquanto as compensações monetárias propostas pelo governo, deixarão os trabalhadores sem subsistência ao fim de pouco tempo. Já prevendo um eventual inêxito desta medida, o Ministro da Defesa avançou também com a possibilidade de os trabalhadores serem colocados na mobilidade especial, agora apelidada de “requalificação”, um instrumento para a concretização de despedimentos colectivos na Administração Pública. A Federação solicitou já ao Ministro da Defesa Nacional, uma reunião para debater este assunto e apelou aos trabalhadores civis das Forças Armadas para que se associem aos restantes trabalhadores da Administração Pública na luta contra este governo e esta política.

COUDELARIA DE ALTER DE NOVO NAS MÃOS DO ESTADO

A anunciada decisão da Ministra da Agricultura, do regresso à tutela do Estado, da Coudelaria de Alter, veio dar total razão à Federação, quando em 2007, denunciou a transformação do Serviço Nacional Coudélico (onde estava integrada a Coudelaria) numa fundação, um atentado ao interesse público e aos direitos dos trabalhadores.

Os seis anos de descalabro financeiro da Fundação Alter Real, com um elevadíssimo défice, que chegou a pôr em causa os salários dos trabalhadores, descalabro suportado integralmente pelo Estado, apesar de a instituição englobar um vasto leque de privados, entre os quais a Banca, comprovam a justeza da posição assumida pela Federação na ocasião.

Agora, com o retorno às mãos do Estado, importa saber em que condições vão ficar os trabalhadores da Coudelaria Nacio-

nal, pelo que a Federação solicitou já uma reunião à Ministra da Agricultura para discutir o assunto.

ESCOLAS DE HOTELARIA E TURISMO

O Governo está a discriminar trabalhadores integrados em carreiras subsistentes, na transição para as carreiras de regime geral, das Escolas de Hotelaria e Turismo, do Instituto de Turismo de Portugal, pelo facto de nalgumas situações isso representar um acréscimo salarial, o que a Lei do OE/2013 não permite. Foi na sequência da entrega à Federação de um projecto de diploma legal, para negociação, contemplando a transição de diversas carreiras subsistentes para as de regime geral, que constatámos a existência desta discriminação inaceitável e que nos levou a transmitir o nosso desacordo com o diploma.

ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA

Os trabalhadores não docentes vão estar em luta, no próximo dia 7 de Junho, para exigir do governo a consagração das suas reivindicações, apresentadas há mais de um ano no Ministério da Educação. Precariedade, com a abusiva utilização de contratos à hora e de contratos de emprego de inserção (CEI), falta de pessoal, degradação das condições de trabalho, são alguns dos gravíssimos problemas que afectam os trabalhadores não docentes, a que se somam agora as ameaças do Governo, de despedimentos colectivos e de aumento da duração diária e semanal de trabalho.

A acção de luta de 7 de Junho, passa pela realização de uma concentração de dirigentes e delegados sindicais, em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa.

GUARDAS FLORESTAIS

A Federação continua a aguardar resposta do MAI, para a abertura de negociações do Caderno Reivindicativo, entregue em Março. Entretanto, o Ministro ainda não determinou a homolo-



//SECTORIAIS DE A A Z//

gação do Parecer da Procuradoria-Geral da República, reivindicada pela Federação, que reafirma a condição de órgão de polícia criminal para os Guardas Florestais. Por outro lado, o MAI continua em silêncio relativamente à alteração da lei orgânica da GNR, onde queremos ver consagrado que os Guardas Florestais são opo como os militares daquela corporação. A falta de resposta a todo este conjunto de questões vai levar a Federação a analisar com o Grupo de Trabalho, novas acções de luta a curto e médio prazo.

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O IEFEP fez chegar à Federação o projecto de diploma legal que prevê a transição dos trabalhadores de carreiras subsistentes, como a de técnico de emprego, para as carreiras gerais da Administração Pública. Para a Federação, este é um processo que merece a maior atenção, de modo a que os trabalhadores das carreiras a extinguir não saiam prejudicados. Estão nesta situação, os trabalhadores que possuem habilitações que permite a sua integração em carreiras de nível superior e cuja transição parece não estar prevista. Deverá agora ser aberto o processo de negociação, nos termos da lei da negociação colectiva na Administração Pública.

INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS

O Governo resolveu manter a fusão no IFAP, IP, ao aprovar o Decreto-Lei 19/2013, de 6 de Fevereiro, que procede à transição para as carreiras gerais da Administração Pública, dos trabalhadores daquele instituto oriundos do ex-IFADAP e da ex-ACACSA, abrangidos pelo ACT do sector bancário, sem levar em consideração o conteúdo funcional específico de algumas carreiras profissionais já existentes, a estrutura das mesmas carreiras e a estrutura remuneratória anteriormente construída,

quebrando as expectativas de promoção e progressão criadas. Ao mesmo tempo, as medidas adoptadas neste diploma legal, são também perversas para os trabalhadores que já tinham vínculo à função pública, já que foram criadas disparidades significativas em termos remuneratórios, a trabalhadores que exercem as mesmas funções e tempos de serviço iguais ou mesmo superiores.

A Federação, para além de considerar que este processo não foi alvo de um verdadeiro e sério processo de negociação, mas antes uma imposição do Governo, sempre defendeu a criação de um regime de trabalho específico para os trabalhadores do IFAP/IP, que contemplasse a unificação dos regimes de vínculo, carreiras e remunerações, com as condições fundamentais de garantia da manutenção dos direitos adquiridos e de impedimento da subsistência ou criação de injustiças relativas. Entretanto, a Federação deu parecer favorável a um projecto de Lei, em discussão pública, de autoria do PCP, que visa revogar o Decreto-Lei nº19/2013.

INSTITUTO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Os trabalhadores do ISS comemoraram em luta, o Dia da Segurança Social, a 8 de Maio, com plenários e outras acções, promovidas pelos Sindicatos da Federação. Em causa, estão de forma indissociável, a defesa da Segurança Social e do trabalho com direitos.

Para a Federação é no contexto do sistemático ataque por parte dos sucessivos governos do PS e do PSD/CDS à protecção social dos trabalhadores e dos portugueses em geral, nomeadamente, através do aumento da idade de reforma e simultânea redução dos valores das pensões e de outras prestações sociais que, a Segurança Social está a ser alvo de uma redução da sua estrutura, de mero carácter economicista, com o encerramento e fusão de serviços.

A par disto, o número de trabalhadores tem vindo a reduzir-se



//SECTORIAIS DE A A Z//

drasticamente, sendo que os que saem são substituídos por situações de emprego precário, nomeadamente, contratos de emprego de inserção.

MUSEUS, PALÁCIOS E MONUMENTOS

Os trabalhadores dos museus, palácios, monumentos, sítios classificados e fundações estiveram em greve às horas extraordinárias, nos dias 18 de Abril e 18 de Maio, precisamente, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e o Dia Mundial dos Museus, como forma de protesto pela ausência de resolução dos seus problemas laborais.

De facto, a ausência de medidas por parte dos sucessivos governos, têm levado a que se agravem questões como a da falta de pessoal, por exemplo na área de vigilante-recepcionista; a degradação das carreiras e a especificidade funcional; a desregulamentação dos horários de trabalho; a precariedade, através do sistemático recurso a contratos de emprego de inserção como forma de cumprimento de tarefas permanentes.

POLÍCIAS MUNICIPAIS

A Federação entregou ao Ministro da Administração Interna, no passado mês de Abril, uma Carta Reivindicativa dos trabalhadores da carreira de Polícia Municipal, onde se exige nomeadamente a reafirmação das competências e funções deste grupo profissional, a redefinição da estrutura da carreira, com a criação de uma categoria de chefia e coordenação no topo e a alteração da respectiva tabela remuneratória, a reposição do vínculo de nomeação, a atribuição do estatuto de órgão de polícia criminal e a criação de um regulamento único de uniformes e de equipamentos individuais.

Na sequência da entrega da Carta Reivindicativa, a Federação reuniu no passado dia 14 de Maio, com um assessor do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, a quem foram reafirmadas as exigências colocadas e a necessidade da sua negociação.

REGISTOS E NOTARIADOS

Os trabalhadores dos Registos e Notariados continuam confrontados com um conjunto vasto de problemas laborais, para os quais os sucessivos governos, até hoje, não deram resposta, apesar de sistematicamente instados a fazê-lo pela Federação. Destacam-se deste conjunto, a mobilidade forçada, comunicada por mail ou telefone e imposta de forma ameaçadora e coerciva; a ausência de medidas de segurança, quando os serviços ficam entregues a um ou dois trabalhadores apenas ou, ainda no transporte de valores para cofres nocturnos; a inexistência de formação contínua ou a “falsa” formação, dada pelos sindicatos simpáticos à DGRN/IRN.

A Federação continua a exigir que a Ministra da Justiça se disponibilize reunir para discutir todos estes assuntos e outros que oportunamente já lhe foram elencados.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Entre 6 e 17 de Maio, decorreu uma acção nacional de esclarecimento, protesto e luta, em defesa dos direitos dos trabalhadores da Saúde, com a realização de plenários e outras iniciativas junto a dezenas de hospitais e centros de saúde de todo o País.

Em causa estão, nomeadamente, a recusa do Governo, de negociar o Acordo Colectivo de Trabalho para os trabalhadores em contrato individual de trabalho, nos hospitais EPE; a ausência de cumprimento do despacho conjunto que determina o pagamento do abono para falhas; a não aplicação a todos os trabalhadores dos serviços da Saúde, do Decreto-Lei nº 62/79, sobre horários e bonificação das horas extra; a ausência de qualquer resposta concreta sobre a exigência de criação da carreira de técnico auxiliar de saúde.

Ao mesmo tempo, o Governo continua a promover a desregulamentação dos horários de trabalho e o recurso ao trabalho precário, designadamente, a contratação à hora e os contratos de emprego de inserção (CEI's).



//CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL//

UMA VIDA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E DO POVO



» Em Novembro deste ano, cumprem-se cem anos do nascimento de Álvaro Cunhal. É impossível descrever a história da resistência do povo português ao fascismo sem a referência ao nome do dirigente comunista. O contributo que deu como político para que Portugal fosse um país livre, desenvolvido, independente e soberano é uma das razões por que se comemora, por todo o país, o seu centenário.

Num contexto social e económico tão conturbado, algumas das reflexões de Álvaro Cunhal revelam-se tão actuais como quando as produziu. Há décadas, alertou para o facto da manutenção de parte do aparelho do Estado fascista significar, mais tarde ou mais cedo, a contra-revolução. À CGTP, chamava-lhe “grande central sindical de gloriosas tradições, realização, obra e legítimo motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses”.

Foi o que disse, em 1995, no 25º aniversário da central sindical. Nessa conversa com os trabalhadores da CGTP, Álvaro Cunhal falou da natureza exploradora do capitalismo e abordou o avanço das políticas de direita em Portugal e no mundo. “Direitos vitais dos trabalhadores, alcançados com a luta heróica de gerações, são limitados quando não liquidados”, referiu.

Já então alertava para as consequências desastrosas das políticas levadas a cabo pelos sucessivos governos, em coordenação com a União Europeia. Explicou, na altura, que “com as privatizações e a restauração dos grandes grupos monopolistas e do seu domínio, a destruição ou o desmantelamento de grandes empresas e o encerramento de milhares de outras, a liquidação da reforma agrária, a desagregação do aparelho produtivo e a desindustrialização” seriam liquidados milhares de postos de trabalho. Nessa etapa posterior à interrupção do processo revolucionário, Álvaro Cunhal considerava que se havia iniciado “uma fase de

luta dos trabalhadores contra a recuperação capitalista e latifundista e em defesa das conquistas da revolução”. Nesse contexto, destacava a defesa dos direitos sociais, laborais e sindicais contra o desemprego, os despedimentos sem justa causa, os ataques à contratação colectiva, a precariedade, o aumento da jornada de trabalho, a redução salarial e a discriminação das mulheres e jovens.

Entre as conquistas fundamentais da revolução a defender, o dirigente comunista referia a importância da segurança social e serviços sociais da responsabilidade do Estado, no campo da saúde, do ensino, da habitação e do ambiente. Sempre alerta em relação ao caminho seguido após a integração na União Europeia, Álvaro Cunhal chegou a comentar as pressões sobre a CGTP para que apoiasse o Tratado de Maastricht.

Com uma visão acertada sobre o que viria a acontecer, Álvaro Cunhal sustentou que o Tratado reforçava “uma estrutura federalista com órgãos supracionais nos quais o poder efectivo é dos países mais ricos e mais desenvolvidos em detrimento dos interesses e direitos dos menos desenvolvidos e mais pobre como é o caso de Portugal”. Previu, então, que a ser aprovado representaria uma política “que continuaria a agravar as condições de trabalho dos trabalhadores, acentuando o desemprego, a precariedade, a liquidação de direitos sociais, a marginalização e exclusão de vastos sectores.”

Contra a integração económica capitalista na União Europeia, com a exploração dos trabalhadores como “elemento estrutural”, Álvaro Cunhal nunca deixou de apresentar como principal arma “a resistência dos trabalhadores” e “muito particularmente do movimento sindical, o reforço da sua natureza de classe, da sua organização, da sua unidade e da sua luta”.

//PELA EUROPA FORA//

LÁ COMO CÁ, TRABALHADORES LUTAM CONTRA A AGRESSÃO

» Os trabalhadores da Administração Pública de todos os países da Europa e em particular da União Europeia, estão a ser alvo de um brutal ataque aos seus direitos mais elementares, nomeadamente ao emprego, às carreiras profissionais, à aposentação/reforma e a outros direitos sociais conquistados ao longo de décadas de luta, o que tem degradado cada vez mais as suas condições de vida e de trabalho.

Esta ofensiva resulta, fundamentalmente, da concretização de uma política que tem por objetivo atacar e privatizar os serviços públicos – na saúde, educação, segurança social, justiça, cultura, entre outros – para beneficiar o grande capital nacional e internacional, enriquecendo-o mais e mais, à custa dos recursos económicos dos países, recursos gerados pelos trabalhadores, sujeitos a cargas fiscais superiores às dos detentores da riqueza.

É neste contexto que se enquadram as políticas de consolidação da União Europeia, com o predomínio total do poder económico sobre o poder político dos Estados, pondo-os cada vez menos ao serviço dos povos e, cada vez mais, ao serviço do grande capital.

Os governos dos países da UE enganaram os seus povos com a invocação de uma pretensa coesão social e subscreveram o Tratado de Maastricht, em 1992 e, posteriormente, os de Amsterdão, em 1997, de Nice, em 2001 e de Lisboa, em 2007, com o marcado objectivo de construir a união monetária – um instrumento de progressiva eliminação da soberania nacional de cada país aderente, através da subjugação a regras que já destruíram a nossa capacidade de produção de riqueza e focaram o funcionamento da economia na especulação financeira, com a transferência de dinheiros dos Estados para a banca privada. Estamos perante a maior crise sistémica do capitalismo, desde a grande depressão de 1929, com particular expressão nos países da União Europeia.

E é com o pretexto de ultrapassar essa crise que o grande capital e os governos ao seu serviço impõem aos trabalhadores e aos povos brutais medidas de austeridade, cortes nos salários, nas pensões e nas prestações sociais, ao mesmo tempo que atacam violentamente direitos laborais e sociais.

Entretanto, por toda a Europa, os trabalhadores e os povos dão luta nos seus países a estas políticas de agressão patrocinadas pela União Europeia e pelo FMI. A ingerência da troika nas políticas nacionais representa, em muitos Estados, um retrocesso civilizacional. Enquanto a miséria toma conta das famílias dos trabalhadores e crescem os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros, organizações sindicais e sociais de vários países organizam a contestação e a luta, com greves, manifestações e concentrações, em que o primado da defesa dos seus direitos laborais e de melhores condições de vida, se afirma.



SARA OCIDENTAL, 40 ANOS EM LUTA PELO DIREITO A EXISTIR

Dezenas de organizações, entre as quais a Federação, assinaram uma carta enviada à direcção política da Frente Polisário. Há 40 anos, um sector do povo saaraui levantava-se em armas e iniciava a luta de resistência contra a ocupação do Sara Ocidental por Marrocos. As organizações subscritoras denunciam que “para além dos assassinatos, espancamentos e prisões, que são o dia-a-dia nos territórios ocupados, o povo saaraui sobrevive em campos de refugiados no deserto argelino, graças à solidariedade internacional”.

Enquanto isso, “Marrocos explora os recursos naturais do Sara Ocidental, como a água – utilizada pela indústria agro-alimentar marroquina que ameaça esgotar os aquíferos daquele território –, ou os fosfatos e estabelece acordos de pesca com a União Europeia relativos a águas territoriais da República Árabe Saaraui Democrática”.

Esta data assinala uma longa e tenaz luta contra o colonialismo e em defesa dos direitos nacionais do povo saaraui, “travada não só contra a potência ocupante como também contra as grandes potências ocidentais, que fecham os olhos à flagrante ilegalidade que representa a ocupação marroquina do Sara Ocidental”.

// PROTECÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COMUNS À ÁGUA //

» A Campanha “Água é de Todos” em que a nossa Federação participa, foi ouvida no passado dia 29 de Maio, na Assembleia da República, em audição da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, sobre a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC), subscrita por mais de 43 mil pessoas, sob o título “Protecção dos direitos individuais e comuns à água”. A ILC, que na Assembleia da República está identificada como Projecto de Lei nº368/XII, visa garantir, na lei portuguesa, o direito à água e ao saneamento, direito humano fundamental, atribuindo ao Estado a competência de garantir e assegurar o cumprimento efectivo do direito.

Por outro, este mesmo projecto de lei, defende uma nova política e administração da água, orientada para a satisfação e necessidade humanas, segurança, interesse comum, equidade de benefícios, adequação ecológica e preservação a longo prazo, bem como a protecção dos direitos comuns ao domínio público hídrico e o impedimento da mercantilização da água da natureza e dos monopólios privados.

A ILC visa igualmente impedir todas as formas de privatização da água e dos serviços públicos inerentes e reforçar o carácter público da água e dos serviços delimitando a sua gestão apenas a entidades de direito público.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (ADP)

O grupo “Águas de Portugal”, tutelado pelo MAMAOT, está na mira da privatização por parte do actual governo. Trata-se de um objectivo acalentado, preparado e apoiado há muito tempo pelo PS, PSD e CDS, cujas consequências seriam desastrosas para as populações.

Por um lado, o Estado perderia o controlo de um sector básico, vital e estratégico, entregando-o nas mãos das multinacionais. Por outro, sujeitaria a captação, tratamento e distribuição da água, bem vital e escasso, à maximização do lucro.

Outras consequências não menos importantes seriam a da redução de investimentos, com prejuízo das zonas mais pobres e frágeis, as menos rentáveis do ponto de vista dos privados. E, ainda, a destruição da actividade económica regional e local, já que todas as actividades relacionadas com a construção, manutenção e gestão dos sistemas seriam apropriadas pelas empresas dos grandes grupos. E, por, último, redução de direitos dos trabalhadores da AdP e eliminação de postos de trabalho.

O Grupo Águas de Portugal, detém grande parte dos serviços de água e resíduos do País e é hoje responsável pela prestação de serviços a mais de 8 milhões de portugueses. Só em 2010 gerou de lucro, 79,5 milhões de euros, 27 dos quais foram distribuídos pelos accionistas Estado e Municípios. Percebe-se, assim, por um lado, a vontade dos grupos económicos privados em “deitar-lhe a mão” e, por outro, a importância da AdP como fonte de financiamento do serviço público.

DEFENDER, JUNTOS, A ÁGUA DE TODOS



IGUALDADE, UMA REALIDADE LONGE DE ESTAR ALCANÇADA



» A igualdade é uma realidade que está longe de se constituir como uma realidade, no dia-a-dia das mulheres portuguesas, ainda para mais quando vivemos num “quadro nacional, europeu e internacional marcado pelo agravamento da exploração, do desemprego e do empobrecimento dos trabalhadores e das populações, afectando de forma mais evidente as camadas mais desfavorecidas e, em particular, as mulheres”. Quem o concluiu foi a 6ª Conferência Sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens, realizada no passado dia 4 de Junho, em Lisboa.

Em Portugal, no momento presente, o desemprego e o empobrecimento estão a aumentar a olhos vistos e a situação das mulheres nas mais variadas vertentes tende a agravar-se, com a limitação de direitos, ao mesmo tempo que se assiste “à recuperação de velhas tentativas de as reconduzir à esfera doméstica, eventualmente a tempo parcial, atribuindo-lhes como principal responsabilidade a prestação de cuidados a filhos e idosos dependentes”, lê-se no Plano de Acção 2013/2017, aprovado.

Esta é uma realidade a que a própria Administração Pública não foge, considerando o violentíssimo ataque a que têm sido sujeitos os seus trabalhadores e trabalhadoras. Hoje, o trabalho com direitos, está declaradamente em causa quando o Governo desvaloriza as remunerações pelas mais variadas formas: sucessivos congelamentos, aumento da carga horária (que agora se propõe concretizar), redução das remunerações complementares pelo trabalho extraordinário, dias de descanso semanal e feriados; ou quando, procura destruir dezenas de milhar de postos de trabalho e despedir milhares de trabalhadores.

A perspectiva que hoje se coloca e que foi conclusão da Conferência é a de que “é necessário agir e lutar, com confiança, pela mudança de práticas, de políticas e de governo, para garantir o emprego com direitos e o aumento dos salários”.